

Resumo de notícias econômicas

28 de junho de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 119

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 28 DE JUNHO DE 2021

Múltis retomam planos para investir no Brasil

Broadcast

A melhora das perspectivas de crescimento da economia e o avanço da vacinação contra a covid-19, ainda que lento, já fazem empresas multinacionais retomarem os planos de investimento no Brasil, antes paralisados ou prejudicados por causa da pandemia. Nos últimos meses, tem crescido o número de companhias estrangeiras que anunciam novos projetos de expansão, aquisições ou aportes de capital no País.

O grupo português de distribuição e geração de energia EDP, por exemplo, anunciou recentemente um plano de investir R\$ 10 bilhões no Brasil nos próximos cinco anos. A montadora francesa Renault pretende aplicar R\$ 1,1 bilhão em sua linha de produção já neste ano e no próximo. A marca de alimentos e bens de consumo Nestlé, da Suíça, fará um investimento de R\$ 900 milhões em suas fábricas no País.

Já a norueguesa Equinor, do setor de petróleo e gás, revelou este mês que planeja investir US\$ 8 bilhões, ao lado de empresas parceiras em um consórcio de exploração de petróleo, para iniciar a extração no campo de Bacalhau, na Bacia de Santos, que deve começar a operar em 2024. “Temos uma perspectiva de longo prazo. Até 2030, esperamos investir mais de US\$ 15 bilhões”, diz Veronica Coelho, presidente da Equinor no País.

A retomada dos aportes estrangeiros é vista no indicador de investimentos diretos no País (IDP), divulgado pelo Banco Central (BC). Depois de despencar em 2020 para o menor nível em 10 anos, os investimentos voltaram a crescer.

De janeiro a maio, a entrada de recursos de empresas estrangeiras somou US\$ 22,5 bilhões, de acordo com os dados do BC. O valor é 30% maior do que no mesmo período do ano passado, quando o IDP acumulado foi de US\$ 17,3 bilhões. Mas a quantia está abaixo do nível de 2019, antes da pandemia, de US\$ 26,1 bilhões.

Ainda que uma parte significativa do IDP seja composto por reinvestimentos dos lucros obtidos no País, o investimento direto é visto como um recurso de mais qualidade, porque é destinado à atividade produtiva. A expansão está longe de alcançar os patamares de anos anteriores. Considerando os últimos 12 meses encerrados em maio, os investimentos diretos representavam 2,6% do PIB, nível abaixo do registrado nos últimos anos. Entretanto, as condições agora são mais vantajosas para a entrada de estrangeiros.

“O custo de entrar no Brasil está relativamente baixo, por causa da depreciação do real. É um ambiente favorável para aportes produtivos no curto prazo. É claro que no Brasil há sempre muita incerteza. Mas, seis meses atrás, as perspectivas eram piores”, diz o economista Livio Ribeiro, pesquisador associado do Ibre/FGV e sócio da consultoria BRCG.

Empresas miram longo prazo, mas riscos preocupam. Na visão do economista-chefe para a América Latina do banco Goldman Sachs, Alberto Ramos, o crescimento dos investimentos poderia ser maior se a agenda de reformas tivesse avançado mais rapidamente e o governo tivesse se empenhado em promover reformas mais significativas. “O Brasil poderia estar atraindo muito mais investimento direto dado o potencial e a dimensão da economia”, diz Ramos na entrevista a seguir.

- **Como avalia a alta do investimento estrangeiro neste ano?**

Com a retomada do crescimento e a melhora do resultado das empresas, é normal que elas decidam investir no negócio e que isso leve a uma melhora dos fluxos de investimento. Agora, a gente não pode se contentar com pouco. O Brasil poderia estar atraindo muito mais investimento, dado o potencial e a dimensão da economia. O Brasil, com uma situação fiscal saneada, com outro quadro político, poderia ter um nível de investimento extraordinário, mas não tem.

- **O que impede uma entrada maior de recursos?**

É o risco fiscal. O Brasil ainda tem uma situação fiscal extremamente delicada. Os anos vão passando e as reformas fiscais não avançam. A gente começou a falar do ajuste fiscal quando a presidente Dilma Rousseff foi reeleita. Já estamos há sete anos consecutivos com déficit primário, sem perspectiva de que chegue a um superávit no

curto prazo. Cada vez que há uma sobra no Orçamento, como agora, há mil e uma maneiras para justificar os gastos. E fazer ajuste que é bom, nada.

- **Tem percebido um aumento do interesse pelo Brasil no exterior?**

O interesse caiu muito nos últimos dois anos. O grande investidor estrangeiro se desinteressou pelo País. O Brasil desencantou. Começou a haver um pouco mais de interesse neste ano. O próprio real está se valorizando com a subida dos juros, e a volta do crescimento. Aos trancos e barrancos, o processo de vacinação avança. Mas, em relação ao potencial do Brasil, ainda tem muita estrada pela frente.

Empresas miram longo prazo, mas riscos preocupam

O Estado de S. Paulo

Os últimos 12 meses foram uma montanha-russa para as operações da Tronox no Brasil, um grupo industrial americano com 7 mil funcionários no mundo e especializado na fabricação de dióxido de titânio, insumo químico usado na pigmentação de tintas e plásticos. Em 2020, a demanda pelo produto despencou durante a fase mais crítica da pandemia, e o faturamento líquido da empresa no País chegou a cair pela metade no segundo trimestre, para R\$ 78 milhões.

Nos meses seguintes, porém, a fábrica da empresa, localizada em Camaçari (BA), verificou uma retomada repentina, puxada pela demanda da construção civil e pela necessidade de reposição de estoques. O faturamento deu um salto: chegou a bater R\$ 281 milhões no quarto trimestre e se manteve em R\$ 226 milhões nos primeiros três meses de 2021.

Com a melhora do mercado, a matriz nos EUA decidiu colocar em prática um plano de investimentos de R\$ 137 milhões no Brasil, que era preparado desde outubro de 2019. Os recursos serão usados para modernizar a fábrica em Camaçari, automatizando processos industriais. Também está no radar o lançamento de novo um produto para o segmento de tintas.

A palavra de ordem, segundo o diretor-presidente, Roberto Garcia, é a “diferenciação” para obter uma margem de lucro maior e competir com concorrentes estrangeiros. “Existe muita concorrência chinesa. Mas a diferenciação do produto e a proximidade com o cliente podem ser decisivos. E já têm feito a diferença agora”, diz.

O caso da americana Tronox não é isolado. Nos últimos meses, aumentou o número de multinacionais que decidiram realizar novos investimentos no Brasil, de olho na recuperação da atividade econômica.

Um outro exemplo é o do grupo português EDP, do setor elétrico, que anunciou recentemente investimentos de R\$ 10 bilhões até 2025. Eles serão aplicados em três frentes, de acordo com o presidente da operação brasileira, João Marques da Cruz. A primeira delas é na melhoria do serviço de fornecimento de energia elétrica nos municípios atendidos por ela, no Espírito Santo e em São Paulo.

O plano inclui atualizar equipamentos, construir novas subestações para evitar a interrupção de energia e substituir sistemas de controle para reduzir as perdas. Cerca de R\$ 6 bilhões devem ser investidos apenas nesses projetos. Os demais recursos serão usados na construção de linhas de transmissão e na geração de energia solar. No momento em que há o temor de uma crise energética, a empresa quer elevar a produção de energia solar dos atuais 50 megawatts para 1 gigawatt em 2025, um aumento de 20 vezes.

É também de olho no longo prazo que a montadora Renault anunciou em março um plano de investimentos de R\$ 1,1 bilhão para este ano e 2022. Segundo Ricardo Gondo, presidente da empresa no Brasil, o montante deve ser investido principalmente na renovação da linha de automóveis, com o lançamento do novo modelo Capitu e de um novo motor turbo flex, além da chegada de dois novos elétricos, entre eles o Zoe E-Tech. Com a retomada da atividade econômica e o crescimento das vendas de veículos, a empresa planejou um novo ciclo de investimento. Segundo Gondo, a expectativa é de que o mercado brasileiro de veículos de passeio e comerciais leves deve chegar a 2,3 milhões de unidades vendidas este ano (18% mais sobre 2020) e a 2,7 milhões em 2022. O que impede uma recuperação mais acelerada, segundo ele, são as incertezas sobre o ritmo da vacinação, a falta de peças que tem prejudicado o setor automotivo, além de uma agenda de reformas econômicas.

Governo propõe alívio no IR, mas taxa investimento

O Estado de S. Paulo

Proposta enviada ao Congresso prevê desoneração do Imposto de Renda para a classe média e eleva tributação sobre ganho dos grandes empresários. Se aprovadas até o fim do ano, as medidas entram em vigor em 2022. O mercado financeiro e o setor produtivo reagiram com o argumento de que o projeto vai afugentar os investimentos. O IR das empresas não caiu na proporção que os empresários esperavam do time liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes. Se aprovadas pelo Congresso até o fim do ano, as medidas entram em vigor em 2022, quando o presidente Jair Bolsonaro pretende buscar a sua reeleição.

A proposta eleva em 31% a faixa de isenção do IR da pessoa física, que sobe dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. As demais faixas (7%, 15%, 22,5% e 27,5%) terão uma correção menor, em torno de 13%. O texto também acaba com o desconto simplificado, que fica restrito a quem recebe até R\$ 40 mil por ano e permite uma atualização do valor patrimonial dos imóveis .

O presidente não cumpre integralmente a promessa de campanha de aumentar a faixa de isenção para cinco salários mínimos (hoje, R\$ 5,5 mil), mas garante que 16,3 milhões de pessoas físicas fiquem sem pagar o imposto. Com a mudança, metade das pessoas que declaram o IRPF não pagará imposto. Para acomodar a “bondade” do presidente, o governo deixará de arrecadar R\$ 13,5 bilhões em 2022, perda que será compensada com a volta da taxa da distribuição de lucros e dividendos para os acionistas das empresas. A medida já era esperada desde o início do governo, mas a alíquota fixada, de 20%, foi considerada elevada pelas grandes empresas. Para as que se enquadram nos critérios de micro e pequenas empresas, independentemente se pagam pelo regime simplificado do Simples, foi estabelecida uma faixa de isenção de R\$ 20 mil por mês.

O governo propôs a redução do IR das empresas, que cairá cinco pontos percentuais e, mesmo assim, em dois anos: de 25% para 22,5%, em 2022, e para 20% em 2023. O setor produtivo considerou essa recalibragem de alíquota pequena para o tamanho da mordida na distribuição dos lucros e dividendos e o fim dos Juros sobre

Capital Próprio (JCP) – instrumento que existe hoje e permite às empresas remunerarem seus investidores.

A avaliação das grandes corporações é que o fim do uso do JCP e a tributação dos lucros e dividendos vão prejudicar os investimentos. Tributaristas avaliam que o impacto será drástico, sobretudo para as multinacionais. O governo alega, ao contrário, que o projeto vai estimular o reinvestimento dos lucros retidos pelas empresas para evitar a tributação dos dividendos.

Ao entregar o projeto ao presidente da Câmara, Arthur Lira, Guedes disse que a proposta vai reduzir o imposto de 30 milhões de brasileiros assalariados. Segundo o ministro, o sistema tributário é perverso porque privilegia grandes corporações, por meio de desonerações, e recai sobre a população que não tem poder de lobby.

Economista do Ipea, Rodrigo Orair avaliou que as mudanças vão representar uma desoneração do IR para os brasileiros que estão entre os 15% mais ricos e aumentar a carga dos 0,5% “super-ricos”. Para ele, é uma mudança no topo da distribuição de renda, mas que, por outro lado, não atinge o grosso da população brasileira, que não paga IR. “O objetivo do projeto é desoneração para classe média”, diz o pesquisador. A proposta aperta brechas de planejamento tributário que as empresas fazem para pagar menos imposto.

Outras medidas que foram bastante debatidas – como o fim das deduções de despesas com saúde e educação, que beneficiam o teto da pirâmide – foram deixadas de fora da reforma. Os investimentos em LCA e LCI, voltados para o setor agrícola e imobiliário, mantiveram a isenção que existe hoje. O governo calcula um aumento de arrecadação de R\$ 900 milhões com a proposta, valor considerado neutro para a carga tributária diante do tamanho das mudanças.

Seguradoras e bancos se beneficiam de alta na taxa de juros

Broadcast

As ações ligadas a bancos e seguradoras são vistas como as que vão surfar melhor nas próximas rodadas de aumento da Selic pelo Banco Central, esperadas pelo mercado ao longo do ano e ratificadas pelo próprio Comitê de Política Monetária (Copom). Por

outro lado, setores como construção e varejo podem se abalar no curto prazo, após ganhos significativos neste ano.

No momento, a taxa Selic se encontra em 4,25%. De acordo com levantamento do Projeções Broadcast feito após a divulgação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), 19 instituições financeiras preveem aumento de 0,75% na próxima reunião do Copom, marcada para agosto, enquanto nove projetam alta de 1 ponto. A mediana indica alta de 0,75 ponto dos juros em agosto, a 5%. A ata do Copom divulgada sinaliza que o ritmo de aumento das taxas de juros pode ser acelerado, o que tende a favorecer setores reativos ao crédito e aos ganhos com aplicações financeiras, além de empresas que tenham caixa líquido, pois conseguem aplicar os recursos e garantir ganhos financeiros.

De acordo com o analista de equities da Órama Investimentos, Matheus Pacheco, empresas desses segmentos devem se beneficiar de forma mais rápida com o movimento altista dos juros. “O aumento da Selic impacta diretamente nas receitas de juros auferidas e, portanto, na lucratividade dessas empresas”, diz Pacheco. Para ele o comunicado o Copom indica ser prudente seguir com a expectativa de alta de 0,75% e acumular mais informações quanto à retomada do setor de serviços, que depende diretamente do avanço da vacinação.

Do lado dos possíveis prejudicados, o estrategista da Santander Corretora, Fernando Habda, afirma que construtoras e outras companhias dependentes de capital de giro podem sofrer impactos maiores com o ciclo de alta na taxa Selic. “O setor de construção pode ser afetado negativamente com o aumento dos juros, pois fica mais difícil a aquisição de moradias”, diz. “Empresas intensivas em capital de giro são afetadas negativamente porque essas linhas, em geral de curto prazo, ficam mais caras, o que (reflete) no crescimento do negócio.”

Com relação às mudanças nas carteiras das corretoras, a Ativa incluiu quatro ações para a próxima semana: M. Dias Branco ON, Neoenergia ON, Priner ON e Vale ON no lugar de Petz ON, Lojas Quero-quero ON, Simpar ON e Taesa Unit. A Elite investimentos manteve apenas Alpargatas PN em sua seleção, com a entrada de CVC ON, M. Dias Branco ON, Tegma ON e Vale ON no lugar de BB Seguridade ON, Inter ON, Locaweb ON e Petrorio ON.

Veto necessário a benefício fiscal injustificável

Broadcast

De repente, um projeto de lei complementar que parecia destinado ao esquecimento, pois fora apresentado em 2007 e aprovado pela Câmara há mais de quatro anos, foi a votação no plenário do Senado e teve o voto favorável de 57 de senadores e apenas 9 contra.

O projeto amplia o número de municípios incluídos na área de atuação da Sudene e, por isso, implica novas despesas ou novas renúncias fiscais da União. Por sua natureza, não era a melhor decisão colocá-lo em votação quando o País enfrenta séria crise sanitária. Muito pior foi a decisão de aprová-lo. Diante dos riscos de agravamento dos problemas financeiros que o governo federal já enfrenta, ao presidente da República não restou outro recurso se não o veto total ao projeto. O veto e suas razões foram publicados no Diário Oficial da União.

Desatenção ou interesses político-eleitorais da base governista contribuíram para a aprovação por placar tão amplo. O resultado não deixa dúvidas de que senadores da oposição igualmente aproveitaram a ocasião para mostrar generosidade com a destinação do dinheiro público e votaram a favor.

O projeto vetado incluía mais 84 municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo na área da Sudene. Na justificativa do projeto que amplia essa área, parlamentares argumentaram que os municípios a serem beneficiados teriam fortes semelhanças com os do Nordeste, daí a iniciativa para corrigir o que diziam ser uma distorção.

Restrições fiscais causadas pela pandemia, como alegou a Secretaria-geral da Presidência da República para justificar o veto, são reais. Mas, espera-se, são temporárias. Há razões mais fortes para o veto.

A ampliação da área da Sudene tem implicações fiscais permanentes e ignoradas pelos que a aprovaram. Os municípios beneficiados com a medida passariam a dispor de recursos dos fundos de apoio ao desenvolvimento do Nordeste. E poderiam conceder benefícios tributários para empresas que neles reinvestissem. Nenhuma linha contém o projeto sobre as necessárias compensações para esse tipo de benefício fiscal. Daí o

Ministério da Economia ter recomendado ao presidente da República o veto total ao texto. O Congresso pode derrubar o veto.

Pelo 2º mês, conta corrente tem superávit

Broadcast

Impulsionado pelo bom desempenho do setor agrícola, o Brasil registrou superávit em sua conta corrente pelo segundo mês consecutivo em maio, de US\$ 3,84 bilhões. Os dados foram divulgados pelo Banco Central. Em abril, a conta corrente havia sido superavitária em US\$ 5,35 bilhões. A conta corrente do balanço de pagamentos reflete a relação do Brasil com outros países nas áreas comercial (exportações menos importações), de serviços (viagens internacionais e aluguel de equipamentos, entre outros) e de rendas (pagamentos de juros e remessas de lucros). A balança comercial foi a principal responsável pelo resultado em maio, com superávit de US\$ 8,12 bilhões. O desempenho representa um crescimento de 157,7% em relação ao superávit verificado em maio de 2020.

Desde o fim de 2020, o Brasil vem sendo favorecido por um aumento na demanda por commodities em países como a China e, ao mesmo tempo, pelo fato de o dólar se manter em patamares mais elevados ante o real. Isso tem favorecido as exportações e desestimulado as importações. Para o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, apesar da queda mais recente do dólar ante o real, que recolocou a moeda americana abaixo dos R\$ 5, o fluxo de exportações do Brasil “tem a possibilidade de seguir com recordes” nos próximos meses. “Esperamos haver comportamentos inversos entre exportação e câmbio, por exemplo. Quando há apreciação cambial, as exportações caem”, explicou Rocha. “Só que essa relação não ocorre de maneira tão direta e tão imediata.”

Prévia da inflação em junho tem alta de 0,83%

Broadcast

O encarecimento da gasolina e da energia elétrica impulsionou a prévia da inflação oficial no País em junho. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15

(IPCA-15) acelerou a 0,83%, informou o IBGE. Embora não tenha surpreendido, o resultado indica um cenário inflacionário ainda desconfortável, avaliam economistas. O IPCA-15 acumulado em 12 meses subiu para 8,13% em junho, o resultado mais elevado desde outubro de 2016.

“Quando saírem da conta esses fatores pontuais, a tendência é que se tenha uma inflação na margem mais tranquila. Mas o quadro geral é de uma inflação que preocupa, que deve ficar longe do centro da meta em 2021 (3,75%) e colocar sob pressão as estimativas para 2022”, aponta a economista-chefe da Consulenza Investimentos, Helena Veronese. A expectativa de um aumento nos preços de serviços com a abertura econômica e o avanço de vacinação também corrobora uma chance maior de que o Banco Central decida por uma elevação mais forte da taxa básica de juros, a Selic, em agosto, prevê Veronese. “Esses números aumentam a chance de uma alta de 1 ponto da Selic”, opina a economista.

O banco ABC Brasil deve manter a aposta de aumento de 0,75 ponto na taxa de juros em agosto, para 5,0% ano, uma vez que já era esperada uma leitura mais desfavorável dos resultados do IPCA-15 de junho. “Minha leitura é de que a inflação segue em níveis desconfortáveis”, diz o economista Daniel Lima, do Banco ABC Brasil.

Itens de maior pressão sobre a inflação de junho, a gasolina subiu 2,86%, enquanto a energia elétrica aumentou 3,85%. Juntos, responderam por mais de 40% da inflação do mês. No entanto, os aumentos foram disseminados por outros itens, uma vez que todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados registraram avanços de preços em junho.

A alta na energia elétrica foi impulsionada pelo acionamento da bandeira vermelha patamar 2 em junho, com acréscimo de R\$ 6,243 a cada 100 kwh consumidos, após ter vigorado a bandeira vermelha patamar 1 em maio, que adicionava um valor menor na conta de luz. A taxa de água e esgoto e o gás encanado também ficaram mais caros. As famílias pagaram mais também pelo gás veicular (12,41%), etanol (9,12%) e óleo diesel (3,53%). Na direção oposta, as passagens aéreas caíram 5,63%, após já terem ficado 28,85% mais baratas no mês anterior.

Os gastos das famílias com a alimentação em domicílio tiveram avanço mais brando, de 0,15%, com recuo nos preços das frutas, batata-inglesa, cebola e arroz. Por outro lado, houve aumentos nas carnes, leite longa vida e alguns derivados.

Já a alimentação fora de casa subiu 1,08% em junho, impulsionada pela refeição e pelo lanche mais caros. Segundo o IBGE, as altas podem ser explicadas, em parte, pelos aumentos nos preços de proteínas, como carne e queijos, mas também pelo repasse da alta de custos como transporte e energia.

Após captação, Rio Alto é avaliada em R\$ 2,2 bilhões

Broadcast

Depois de postergar sua abertura de capital, a companhia de energia renovável Rio Alto acaba de fechar uma rodada de captação que somou R\$ 550 milhões. Nesse investimento, a empresa foi avaliada em R\$ 2,2 bilhões, sendo que para o IPO o valor tinha sido de R\$ 1,25 bilhão. O aporte veio dos clientes da área de gestão de fortunas (wealth management) do banco Credit Suisse, por meio de uma emissão de debêntures conversíveis em ações. O Credit também foi o responsável por estruturar a operação. Com os recursos, a companhia ganha fôlego para dar continuidade a seus planos de crescimento e para ampliar sua capacidade de geração de energia, mesmo objetivo da oferta inicial de ações. O IPO segue nos planos. Agora com mais musculatura, a ideia é que a oferta ocorra entre o fim do ano e início de 2022.

Vendas online aumentam a arrecadação de impostos

O Estado de S. Paulo

A pandemia mudou rapidamente o hábito de consumo do brasileiro, que tem ido às compras cada vez mais pela internet, que subiram 47% de janeiro a maio ante o ano passado e já representam 6,5% do total de transações no comércio. Com isso, a emissão de notas fiscais eletrônicas também cresceu, chegando a 40% e permitindo que a Receita Federal controle melhor a sonegação e a evasão fiscal, com influência na arrecadação. As vendas no comércio eletrônico, também chamado de e-commerce, dispararam até maio deste ano, com crescimento de 153,5% em relação a dois anos

atrás, antes da pandemia. A alta nos primeiros cinco meses de 2021 em relação a 2020 já chega a 74,4%.



Até mesmo, produtos, como carnes, motos e carros hoje são adquiridos pela internet. E a tendência é de expansão. A Receita Federal reuniu as informações sobre o e-commerce e o seu impacto sobre a arrecadação, que vem apresentando recuperação forte neste ano.

As operações do comércio eletrônico são monitoradas em tempo real pela Receita e por fiscos estaduais por meio das notas fiscais eletrônicas. O valor das vendas no e-commerce (para pessoa física, empresas e para compradores no exterior) atingiu R\$ 114,8 bilhões no acumulado de janeiro a maio. Comparado ao mesmo período de 2020, foi observado aumento de 47%. Ante 2019, a alta é de 78%. Do total, R\$ 65,2 bilhões em compras foram feitas por pessoas físicas; R\$ 46,9 bilhões, por empresas; e R\$ 2,7 bilhões por compradores fora do País.

O estudo traz a lista dos produtos mais vendidos, que historicamente é liderada por eletrônicos (como celulares), vestuário e calçados. Chama atenção o crescimento das vendas de alimentos, que ocupam o terceiro lugar desde o ano passado. Produtos farmacêuticos e médicos também estão na lista. “Muita gente não fazia compras online e, por necessidade, passou a recorrer a essa opção e não saiu mais”, diz o secretário da Receita, José Tostes, que vem se surpreendendo não só com o desempenho do e-

commerce como também com todas as transações com emissão de notas fiscais eletrônicas.

Segundo ele, a Receita consegue, com as notas eletrônicas, ter um controle maior sobre a sonegação e a evasão fiscal, com influência na arrecadação. Para Tostes, a criação dos documentos fiscais eletrônicos permite um ganho de eficiência. O Fisco agora estuda de que forma o aumento das transações rastreadas pelas notas fiscais eletrônicas diminuiu o “gap tributário” – a diferença entre a arrecadação potencial, que poderia ser obtida se não houvesse a evasão, e a arrecadação efetivamente realizada.

A tributarista Vanessa Rahal Canado, ex-assessora do ministro da Economia, Paulo Guedes, para reforma tributária, destaca que é preciso diferenciar as lojas físicas que se transformaram em virtuais das plataformas que viabilizam a venda de produtos de terceiros, conhecidas como marketplaces. “Pequenos comércios passaram a anunciar nas plataformas e usar toda a estrutura delas”, diz. Para ela, a diminuição da sonegação vai depender das regras dos marketplaces para evitar responsabilização futura.

De janeiro a maio, o valor das vendas feitas com nota fiscal eletrônica somou R\$ 4,37 trilhões, uma alta 40% ante o ano passado. Desse total, R\$ 1,78 trilhão é referente ao comércio. Até maio, a participação do e-commerce nesse total de vendas subiu de 4,9%, em 2019, para 6,5%. “São dados impressionantes que mostram uma atividade econômica pujante em 2021 quando comparada à de dois anos atrás. É economia real”, afirma o secretário.

Os dados de maio da arrecadação ainda não foram divulgados. Em abril, a arrecadação das receitas administradas (impostos e contribuições) cresceu 43% em relação ao mesmo mês do de 2020. O ministro Guedes, já antecipou que os resultados de maio serão positivos.

O coordenador de Previsão da Receita, Marcelo Gomide, diz que a arrecadação tem tido um crescimento robusto, e que o aumento não se deve apenas por causa da base reprimida em relação a 2020, devido aos efeitos da pandemia e da suspensão do pagamento dos impostos. “A arrecadação tem um comportamento ascendente”, diz Gomide, que destaca, sobretudo, o crescimento expressivo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, tributos que incidem sobre o

lucro das empresas. “O aumento se deu em grande parte por ajustes que as empresas fizeram por conta da pandemia, de custos em geral”, diz.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

***Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br***

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO				
	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalho	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Quantidade	39	13	19	2
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP